



I Representação Parlamentar I



Declaração política – Setembro 2013

Deputada Zuraida Soares

Está, hoje, para promulgação, na Presidência da República, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Ao que tudo indica, esta promulgação será um facto.

Confirma-se, assim, com esta quase certa promulgação, mais um atentado à Região Autónoma Açores e, por consequência, a todos/as os/as Açorianos/as.

Se é um facto que a posição unânime desta Casa, na defesa dos interesses dos Açores, impediu que o lastro negativo fosse de maior dimensão, uma coisa é certa: os/as Açorianos/as, para o ano de 2014, vão ter um acréscimo - no pagamento dos seus impostos -, em mais 10% e a dobrar, pois o aumento é no IRS e é também é no IVA, outros 10%. E, inegavelmente, todos/as somos consumidores.

Para além disso, também o depauperado tecido empresarial da Região vê agravada a taxa de IRC, em mais 10%.

Vivemos, nos Açores, uma situação de autêntica emergência social, em paralelo com o resto do País, fruto da política troikista que PS, PSD e CDS subscreveram e que o actual governo PSD/CDS agrava, a cada dia que passa.

Se, este ano, os/as Portugueses/as de todas as regiões sofreram, com o maior aumento de impostos da história da Democracia (em paralelo com um ataque desenfreado aos serviços públicos e aos seus direitos), o ano de 2014 - com todos os anúncios e ameaças que Passos Coelho tem vindo a proferir – resultará num maior agravamento da vida dos/as Portugueses/as e, como é óbvio, dos/as Açorianos/as.

É, pois, precisamente, no ano de 2014, que quem vive nesta Região já tem a espada sobre o pescoço, no que ao aumento de impostos diz respeito.

Para que fique claro, é mais um aumento em cima do aumento do ano de 2013 e, para quem já não consegue fazer contas à vida e vive na angústia do dia a dia, todo o aumento fiscal é um drama.

E tudo isto, todo este sofrimento sobre o povo português, só por uma razão: continuar a encher os bolsos da banca nacional e internacional. É, de facto, este o desígnio do governo PSD/CDS, contra o País e, por maioria de razão, contra as populações da nossa Região.

Hoje, estamos perante um facto, ao que tudo indica, consumado, como, aliás, o Bloco de Esquerda alertou, no imediato, aquando da assinatura do Memorando de Entendimento, com a Troika, pelo Governo de José Sócrates.

Nessa altura, a postura do Partido Socialista e dos seus principais dirigentes foi de total desvalorização do nosso alerta, bem como da nossa proposta de conjugação de esforços, imediatamente, para combater a disposição sobre matéria fiscal, no que aos Açores dizia respeito. Todos nos lembramos das palavras de desvalorização deste nosso alerta, por parte



I Representação Parlamentar I

do, então, Presidente do Governo Regional, Carlos César, logo secundado pelo anterior e actual Vice-Presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, o qual, com a sua habitual assertividade, mostrou a convicção de que, perante o bom desempenho das finanças públicas dos Açores, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas (vulgo, Lei de Finanças Regionais) se limitaria a meras adaptações do normativo processual, no que respeitava a regras orçamentais e factores relacionados.

Perante a evidência, para o Partido socialista, na altura, o urgente era a defesa do Memorando, da Troika e da sua governação, na República.

Os Açores ficaram para trás. O Memorando de Entendimento e José Sócrates eram a prioridade.

Hoje, perante mais um agravamento de impostos que recai sobre os/as Açorianos/as, acusamos: o Governo PSD/CDS, por este terror fiscal; o Partido Socialista nacional, por ter aberto a porta a esta tragédia e o Partido Socialista dos Açores, por omissão, no combate atempado a mais este ataque aos Açores e aos/às Açorianos/as.

Horta, 4 de Setembro de 2013